



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

CÂMARA MUNIC. DE VEREADORES
São Jorge PROTOCOLO

Nº 677
Em: 29 / 10 / 2025
43

PROJETO DE LEI Nº 054, DE 29 DE OUTUBRO DE 2025.

Aprovado por unanimidade
Em: 30 / 10 / 2025
Sala de Sessões da Câmara de
Vereadores de São Jorge - RS

**DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE ANISTIA E
PARCELAMENTO ESPECIAL DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS
E NÃO TRIBUTÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DANILO SALVALAGGIO, Prefeito Municipal de São Jorge, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de São Jorge - REFIS, com o objetivo de promover a regularização de créditos tributários e não tributários devidos à Fazenda Pública Municipal, formalizados ou não, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não a sua cobrança, concedendo anistia das multas e juros.

Art. 2º - O ingresso no programa dar-se-á por opção do contribuinte, que será formalizado mediante:

I - requerimento de habilitação, a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Fazenda, firmado pelo contribuinte, sucessor ou inventariante, por seu representante legal, ou ainda, por seu procurador munido de procuração com poderes específicos;

II - pagamento da parcela única ou primeira parcela, que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis a contar do requerimento;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

III - expressa desistência de parcelamentos firmados anteriormente a esta Lei, quando for o caso;

§ 1º - A adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, será de 120 (cento e vinte) dias, iniciando-se em 10 de novembro de 2025 e findando-se em 09 de março de 2026.

§ 2º – O prazo a que se refere o parágrafo 1º, do artigo 2º, desta Lei, poderá ser prorrogado por igual período, pelo máximo de até 4 (quatro) vezes, mediante Decreto do Poder Executivo.

§ 3º – A adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, não poderá ser renovada, ou seja, quem aderir ao programa não poderá mais parcelar a dívida novamente, com base nesta Lei.

Art. 3º - O crédito tributário consolidado, devidamente corrigido monetariamente, nos termos desta Lei, poderá ser pago nas seguintes condições:

I - para pagamento integral e à vista:

a) desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor das multas moratórias e dos juros de mora, em até 30 (trinta) dias contados da vigência desta Lei;

b) desconto de 85% (oitenta e cinco por cento) sobre o valor das multas moratórias e dos juros de mora, em até 60 (sessenta) dias contados da vigência desta Lei;

c) desconto de 80% (oitenta por cento) sobre o valor das multas moratórias e dos juros de mora, em até 90 (noventa) dias contados da vigência desta Lei;

II - para pagamento parcelado:

a) desconto de 70% (setenta por cento) sobre o valor das multas moratórias e dos juros de mora, para pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais;

b) desconto de 60% (sessenta por cento) sobre o valor das multas moratórias e dos juros de mora, para pagamento de 13 (treze) até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

c) desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das multas moratórias e dos juros de mora, para pagamento de 25 (vinte e cinco) até 36 (trinta e seis) parcelas mensais;

Art. 4º - O parcelamento previsto nesta Lei será pago em parcelas mensais, iguais e sucessivas, observado que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) para pessoa física e R\$ 200,00 (duzentos reais) para pessoa jurídica.

Art. 5º - O benefício de que trata essa Lei, é estendido aos contribuintes e devedores que estejam em parcelamento administrativo e aos que estão sendo cobrados em juízo desde que, se tiverem embargado a execução ou de qualquer forma impugnado a pretensão do Município, desistam dos embargos ou impugnação expressamente e efetuem o pagamento do débito.

§ 1º - A opção pelo Programa exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos e as contribuições, facultando-se ao contribuinte que estiver anteriormente enquadrado em outro tipo de parcelamento que ainda esteja em curso, efetuar sua adesão ao Programa para obtenção de seus benefícios.

§ 2º Na hipótese de débito ajuizado, as custas, honorários advocatícios fixados em decisão judicial e demais despesas processuais deverão ser integralmente quitadas pelo interessado, salvo isenção determinada pelo juiz da execução.

Art. 6º - A adesão ao programa do benefício criado por esta Lei importa o reconhecimento da dívida e a incondicional e definitiva desistência de eventual ação judicial, reclamação ou recurso administrativo correspondente ou relacionado a eles.

§ 1º - Na hipótese prevista no *caput*, os benefícios desta Lei somente abrangerão o saldo devedor existente.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

§ 2º - Os benefícios desta Lei não alcançam importâncias já recolhidas, sendo vedado qualquer tipo de restituição.

Art. 7º - O atraso no pagamento, em período superior a 180 (cento e oitenta) dias, implicará o cancelamento do parcelamento e a restauração do valor original dos créditos reduzidos na forma desta Lei relativamente às parcelas não pagas.

Parágrafo único – Em caso de inadimplência nos pagamentos, os valores já pagos, serão abatidos no valor da dívida original, conforme descrito no caput.

Art. 8º – A presente Lei será regulamentada por Decreto, naquilo que couber.

Art. 9º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de São Jorge/RS, 29 de outubro de 2025.

Danilo Salvalaggio

Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

Ilmo. Sr.

VALMOR BOTTIN

DD Presidente do Legislativo Municipal

São Jorge/RS.

JUSTIFICATIVA – RAZÕES DO PROJETO DE LEI

Ilustríssimo Senhor Presidente,

Prezados Vereadores:

Nobres Edis, o presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir um Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), com o objetivo de promover a regularização de créditos tributários e não tributários devidos à Fazenda Pública Municipal, formalizados ou não, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não a sua cobrança, concedendo anistia das multas e juros.

A proposta se fundamenta na necessidade de proporcionar aos contribuintes – pessoas físicas e jurídicas – uma oportunidade para a quitação de suas dívidas junto ao ente federativo, com condições facilitadas de pagamento, como descontos em juros, multas e possibilidade de parcelamento em longo prazo.

O programa representa uma medida eficaz de incremento da receita pública sem a necessidade de aumento de alíquotas ou criação de novos tributos. Em períodos de instabilidade econômica, a inadimplência tende a crescer, tornando programas de regularização tributária uma alternativa importante para recompor o orçamento.

Ao oferecer condições mais vantajosas para quitação de débitos, o REFIS permite que os contribuintes retomem sua regularidade fiscal, condição essencial para acesso a certidões negativas, participação em licitações, obtenção de financiamentos e outros benefícios.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de São Jorge

O programa tem natureza extraordinária e limitada no tempo, não se constituindo em renúncia de receita permanente. Ao contrário, estimula o ingresso de valores que, sem medidas como essa, dificilmente seriam recuperados no curto ou médio prazo.

Contexto socioeconômico: Considerando o cenário econômico atual, marcado por dificuldades enfrentadas por diversos setores em razão de fatores conjunturais, é dever do Poder Público adotar medidas que contribuam para a recuperação das atividades econômicas locais e para a preservação de empregos e empresas.

O programa também contribui para a redução da litigiosidade e do acúmulo de processos judiciais e administrativos, permitindo que o Estado concentre esforços na cobrança de créditos mais recentes ou de maior valor.

Dessa forma, a aprovação deste Projeto de Lei contribuirá significativamente para a melhoria da saúde fiscal do ente federativo, bem como para o fortalecimento da economia local e para o cumprimento da função social da Administração Pública.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos a atenção dos senhores vereadores e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos, solicitando, finalmente, que após tramitação regimental da matéria, possa esta Casa Legislativa apreciar e deliberar sobre o presente Projeto de Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Jorge/RS, 29 de outubro de 2025.

Danilo Salvalaggio

Prefeito Municipal